



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

N.º Ref. 0711/ GPM/V/2010

A Sua Excelência
Presidente do Parlamento Nacional
Sr. Fernando Lasama de Araújo
Parlamento Nacional
Dili

Excelência,

Na sequência da submissão, para consideração e aprovação do Parlamento Nacional, da Proposta de Lei sobre a primeira alteração à Lei n.º 15/2009, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2010, designado por Orçamento Geral do Estado Rectificativo para 2010, venho apresentar a Vossa Excelência as razões subjacentes à **Transferência de Fundos a partir do Fundo Petrolífero**, considerando que é necessário um montante de financiamento superior aos Rendimentos Sustentáveis Estimados para responder a questões actuais e emergentes **que permitirão manter o País na direcção, já encetada, de crescimento económico acelerado de longo-prazo.**

Assim e de acordo com o Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, a presente carta vem justificar a necessidade destes fundos para os interesses a longo prazo de Timor-Leste e dos seus cidadãos, sendo que em breve iremos apresentar um relatório detalhado sobre o impacto da transferência mais volumosa no cálculo dos RSEs em anos futuros.

A par de uma gestão prudente e responsável dos valiosos recursos petrolíferos de Timor-Leste, o Governo tem vindo a investir fortemente na segurança, estabilidade e desenvolvimento nacional.

Os sucessos alcançados por este Governo, em estreita cooperação com os outros Órgãos de Soberania, são já sobejamente conhecidos. O clima de maior paz que vivemos nestes últimos anos, não foi só possível porque conseguimos resolver alguns dos grandes problemas sociais e políticos mas também, e essencialmente, porque houve uma maior aposta no investimento público, desde as Infra-estruturas à agricultura, incluindo actividades de carácter social.

Reunimos consenso nacional quando partimos do pressuposto de que uma sociedade pós-conflito, como a nossa, necessita de uma abordagem diferente das abordagens normais em situações normais. A democracia não funciona com o estômago vazio. A fome alimenta a frustração, o desemprego promove o cansaço psicológico e, ambos, activam a perda de confiança das pessoas nas Instituições do Estado.

O pagamento das pensões aos veteranos e do subsídio aos idosos, o investimento na saúde com impactos visíveis nos indicadores actuais, a implementação da "bolsa de mães" e o acautelar da segurança alimentar, para além da solução dos problemas relacionados com a crise de 2006, foram algumas das medidas fundamentais que o Governo teve que tomar desde que tomou posse.

Entretanto, procedeu-se em todas as instituições do Estado, a uma reforma radical à anterior gestão das finanças, crucial para uma governação efectiva em termos de resultados práticos e da boa aplicação dos orçamentos, que obviamente ainda está a decorrer, mas que nos dá confiança de que a transformação dos processos de gestão financeira e a maior eficiência administrativa, associada ao combate à

corrupção, garantirão não só melhor prestação de serviços às comunidades como uma maior redistribuição dos bens públicos.

Estamos ainda confiantes porque conseguimos uma taxa de crescimento económico superior, durante este mandato. Aumentámos a taxa de crescimento económico para uma média de dois dígitos a partir de 2007, sendo que em 2008 foi de 12.8% e em 2009 de 12.2%.

No entanto, estes progressos embora grandiosos por serem inovadores e resultado de esforços conjuntos; são ainda insuficientes, quando comparados com as expectativas do Povo quanto às suas necessidades básicas.

No ano de 2010 as prioridades apresentadas foram as seguintes:

- Infra-estruturas (estradas, água e electricidade)
- Segurança Alimentar, com o foco na produtividade
- Desenvolvimento do Capital Humano
- Acesso à Justiça
- Prestação de Serviços mais descentralizada
- Boa Governação
- Segurança Pública

É indiscutível que todas estas são medidas de importância extrema para o desenvolvimento a médio e consequentemente a longo-prazo do País.

O investimento é a palavra-chave para criar as condições necessárias para melhorar as condições de vida do Povo. O capital necessário para proceder a este investimento existe e está disponível no Fundo Petrolífero, fundo este que é ainda abstracto para o Povo e que cujos benefícios só poderão ser materializados e verdadeiramente usufruídos através de investimentos concretos em capital humano, na agricultura, na indústria, nas infra-estruturas e em serviços sociais, como a educação e saúde e assistência aos mais vulneráveis.

O melhor retomo para o País, não são os cifrões consubstanciados nos Títulos do Tesouro dos EUA, mas sim a felicidade dos timorenses. Timorenses que necessitam de casas decentes, pedem para que os filhos possam ir à escola, pedem maior assistência de saúde, acesso aos mercados, luz e água, como as necessidades mais prementes.

Só assim, Timor-Leste pode sair da miséria generalizada, que provoca o descontentamento social de fácil aproveitamento político quer de actores internos quer externos, que em última instância poderá levar à instabilidade nacional.

Já o disse anteriormente e reitero que é possível conciliar a necessidade de investir já na actual geração, gastando parte dos recursos de forma disciplinada e responsável e de acordo com o interesse nacional, como nas gerações futuras, investindo nos sectores produtivos que terão retorno económico nos próximos anos.

Ainda está demasiado presente em todos os timorenses que herdámos uma terra em cinzas e fendas abertas nos corações do Povo. Se Governos anteriores conseguiram edificar um Estado a partir do nada, não conseguiram corresponder às aspirações do Povo, forjadas por décadas de sacrifícios, por falta de recursos financeiros.

Este Governo, atento às lições do passado, acredita que problemas complexos exigem soluções complexas; e que novas circunstâncias quer sejam de ordem nacional, regional ou internacional, requerem uma adaptação constante.

É de considerar então que: as economias dos países vizinhos de Timor-Leste estão a recuperar da crise financeira internacional; os preços médios do petróleo, ainda que muitas vezes inconstantes, sofreram um aumento quando comparado com o ano de 2009 e são neste momento mais elevados do que o estimado para o orçamento de 2010.

Por outro lado, o fornecimento de sementes de alta produção, fertilizantes e tractores contribuiu para o aumento da produção e da produtividade do sector agrícola. O sector privado também começou a contribuir para o crescimento do PIB, especialmente no sector das telecomunicações e transportes, ao mesmo tempo que abraçou o desenvolvimento enquanto causa nacional, estando verdadeiramente empenhado em desenvolver-se e por consequência em criar empregos e gerar rendimentos.

Timor-Leste pode ainda orgulhar-se de possuir uma das mais baixas taxas de criminalidade do mundo, permitindo àqueles que nos visitam, que se sintam seguros e confiantes, num clima de segurança efectiva. Como consequência disto, o número de turistas e potenciais investidores que visitam o nosso País tem vindo a aumentar significativamente.

Assim, o Governo considera que Timor-Leste está numa fase em que não pode parar. Não pode hesitar, porque um aumento do financiamento público pode trazer crescimento real e desenvolvimento nacional.

Além de tudo isto, o Orçamento Geral do Estado é sempre uma estimativa das receitas e despesas para o ano financeiro para que é ponderado. Por esta mesma razão, a Lei permite alterações ao mesmo, sendo portanto passível rectificar por Lei aquilo que foi estimado alcançar para 2010. É neste sentido que o Governo não pode deixar de considerar utilizar os instrumentos que tem ao seu alcance para mais rapidamente providenciar melhores condições de vida às gerações actuais e futuras.

Portanto, consideramos não só razoável como imperativo colocar à apreciação dos Distintos Deputados, uma transferência do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado, para investir sobretudo:

- Nas infra-estruturas vocacionadas para a maior conectividade de cidadãos e mercados através do fornecimento de energia e redes rodoviárias;
- Na segurança alimentar, assegurando a importação de arroz e aumentando a produtividade agrícola interna, permitindo indirectamente a promoção de pequenas empresas nestes sectores;
- Na justiça social, protegendo os mais vulneráveis e dignificando aqueles que contribuíram para que hoje usufruamos dos valores: mais nobres de liberdade, independência e dignidade timorense.

Em resultado do que foi exposto e no seguimento da implementação bem-sucedida das políticas de Governo desde 2007, vimos propor a rectificação do orçamento existente de modo a permitir a continuação e reforço de medidas de importância vital para o desenvolvimento sustentável, através da autorização dos níveis de despesa para 2010 que excedem os Rendimentos Sustentáveis Estimados.

Considerando que o relatório certificado pelo Auditor Independente irá ser submetido ao Parlamento Nacional assim que estiver disponível, junto envio, em anexo, a tabela que mostra redução do rendimento Sustentável Estimado para os fiscais seguintes a 2010; de acordo com alínea b) do artigo 9.

Aceite Vossa Excelência a minha mais elevada consideração e estima.

Dili, 31 de Maio de 2010

/s/

Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste

República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças
Gabinete da Ministra

"Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento"

Sua Excelência
Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste

Data, 31-05-2010

Ofício n.º208/GMF/V/2010

Assunto: Requisitos para transferência do Fundo do Petróleo

Considerando que o relatório produzido pelo Auditor Independente que certifica a redução no Rendimento Sustentável, de acordo com a alínea b) do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, ainda não foi submetido a este Ministério, venho por este meio informar que o mesmo será enviado para Sua Excelência assim que estiver disponível.

No entanto e de acordo com o estabelecido na alínea b) do artigo 9.º a tabela em baixo mostra já a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos fiscais seguintes a 2010, como resultado da proposta de transferência do Fundo de Petróleo num valor acima do Rendimento Sustentável Estimado para 2010:

Ano Fiscal	Estimativa do Rendimento Sustentável levantamentos em 2010	
	\$502 milhões	\$811 milhões
2011	499	490
2012	497	488
2013	495	486
2014	493	484
2015	491	481
2016	489	479
2017	486	477
2018	484	475
2019	482	473
2020	480	471
2021	478	469
2022	476	467
2023	474	465
2024	472	463
2025	470	461

Reiterando que de acordo com e alínea c) do artigo 9º o Auditor independente deve certificar a redução no Rendimento Sustentável, informamos que o relatório certificado irá ser submetido ao Parlamento Nacional, assim que estiver disponível.

Mais se informa que todos os cálculos foram efectuados por técnicos especialistas do Ministério das Finanças e com assistência profissional externa.

Com a minha mais elevada consideração.

/s/
Emília Pires
Ministra das Finanças